

# Uma Inacabada Crítica Radical Negra à Saúde Coletiva: um ensaio-(po)ético.

José Farias

Preâmbulo:

"Podemos admitir, no mínimo, que paus e tijolos *podem* quebrar nossos ossos, mas as palavras certamente nos *matarão*", Hortense J. Spillers

## 1. Uma introdução

Seguindo (com) o pensamento de Saidiya Hartman (2020; 2021; 2022), entendemos que os arquivos da escravidão, aqueles documentos escritos pelos únicos que o podiam, os únicos que o podiam devido as implicações políticas-sociais deste regime de escravatura, relatam as vidas africanas e afro-diaspóricas sob um único viés: o olhar violento do colonizador. Entendendo que a diferença racial e o racismo, como a materialização no campo social da ideologia na qual se acredita na existência de raças, na superioridade dos brancos à outras populações e na inferioridade do negro, emergem em razão das necessidades de legitimar a incursão colonial europeia pelo globo e o sistema escravocrata estabelecido.

Em sua prática, Hartman, ao apreender isso, ao constatar esse viés violento que reduz as vidas negras ao objeto do olhar do branco europeu colonialista, e que ao ser reproduzido se perpetua, busca romper com esta forma violenta de discurso sobre corpos-existências pretas, utilizando esses arquivos como base para ensejar o vislumbre de histórias-vivas africanas criando contra-narrativas, dissidindo da narrativa de poder da anti-negritude e branquitude hegemônica. Penso que, no limite, esses arquivos não são apenas aqueles escritos no período da escravidão, não são apenas os relatos da época, mas são, também, os arquivos de hoje, justamente na medida em que são produzidos através da mesma lógica, (re)produzindo a mesma visão, ainda que modificada. No campo da saúde coletiva, ao qual pertenço em alguma medida e sobre o qual enuncio neste texto, estas lógicas, em maior ou menor medida, conformam grande parte do campo, na forma na qual se tenta abordar, entender e intervir sobre as questões raciais, (re)produzindo tais arquivos na contemporaneidade, fazendo nada além de reiterar e realimentar tais lógicas coloniais, racistas e cis-hetero-patriarcais de subjugação.

Acredito que as bases para entender isto não cabem a mim desenvolver, pois já foi o feito por Denise Ferreira da Silva (2018) ao descrever o evento racial, “ou aquilo que acontece sem o tempo”. Abordarei e aprofundarei este argumento mais à frente. Antes, tenho

que anunciar algo que também não foi tarefa minha no geral, mas estando dentro do campo da saúde da forma como estou, tendo este atravessado minha vida de modo visceral, compondo acontecimentos tão essenciais da minha experiência, a tarefa de fazer isso me foi atribuída como um tanque de oxigênio é atribuído à um mergulhador. Como afirmou Jota Mombaça (2021), devemos inserir-nos para demolir. E ocupando espaço em um dos maiores e mais importantes centros de pensamento em saúde pública da América Latina, esta é minha tarefa: vislumbrar, ensejar, provocar, tensionar e produzir possibilidades para pensar e praticar a demolição da saúde como a conhecemos.

E por que pensar nisso? Por que desejar a demolição do campo que produziu e abriga em si o Sistema Único de Saúde (SUS), um dos melhores e únicos sistemas “universais” de saúde do mundo? E por que “como o conhecemos”? Quem somos nós? Acho que essas são questões a serem respondidas. Primeiramente, acredito que enunciar por um “nós” seria tão pretensão quanto falso, na medida em que as unidades-singulares que formam a coletividade são tão diferentes entre si quanto a narrativa costuma informar (arbitrariamente), ou seja, não posso falar por um “nós” se somos todos diferentes na medida de nossas singularidades imanentes. Ainda assim, compartilhamos na *diferença* similitudes e, portanto, meu discurso evoca essas similitudes como ponto de partida para falar sobre uma condição compartilhada, e não sobre nós singularmente. Dito isso, resgato aqui os questionamentos que expus no começo desse parágrafo: “por que pensar nisso?”, “por que desejar a demolição de um campo que instituiu um dos melhores e únicos sistemas “universais” de saúde? ”, “por que como o conhecemos?” e de que condição eu falo? São questões que têm a mesma resposta, no limite do que é tácito e apreensível e do que é da ordem do direito a opacidade<sup>1</sup> e deve continuar assim.

Pois bem, durante meu período de um ano enquanto pesquisador bolsista do Programa Unificado de Bolsas da Universidade de São Paulo (USP), estudando sobre relações raciais e saúde, constatei aquilo que já tinha sentido e apre(è)ndido na minha vivência pessoal. Vindo de uma família empobrecida e negra que faz, desde sempre, o uso do SUS, e que teve uma das pessoas da família, uma mulher negra, morta dentro desse sistema de saúde sem que fosse

---

<sup>1</sup> A ideia sobre direito à opacidade é desenvolvida pelo filósofo e intelectual caribenho Édouard Glissant. Diante do espraiamento da transparência como uma forma de se relacionar característica da sociabilidade intermediada pela racionalidade eurocêntrica, Glissant propõe que as pessoas devem ter direito a opacidade sobretudo em suas relações, isto é, a não terem sua existência explorada a exaustão em uma tentativa de aprofundamento racional através da ideia de compreensão daquela pessoa através da transparência. A ideia de que é necessário transparência para conhecer e se relacionar, de diversos modos, é característica da racionalidade colonial, sendo uma barbaridade impor a transparência a todas as existências. Evoco isto para afirmar e defender minha opacidade neste texto, nos limites que eu, em minha relação com essa escrita, estabeleço. Para mais aprofundamento nessas ideias recomendo a leitura das obras de Glissant (2023).

diagnosticada com apendicite após seis meses, manifestando sintomas claros do agravo, correndo de serviço de saúde em serviço de saúde, constatei o que é constatado pelos movimentos negros e por pesquisadores há pelo menos três décadas. Constatei a indulgência do campo da saúde e desse mesmo Sistema Único de Saúde para com a violência, sofrimento, discriminação, adoecimentos e desigualdades de cunho racial das quais a população negra é acometida desde o advento colonial e ainda na atualidade.

Vi políticas vazias direcionadas à atenção à saúde dessa população, construídas sem mecanismos de financiamento e que não dão ênfase às mais latentes causas do adoecimento da população negra no contexto brasileiro. População essa que, cabe dizer, é a maior parte da população brasileira. Talvez, a resposta acerca de como isso se dá, seja aquilo sobre o que já falava Sueli Carneiro (2011) baseada em sua experiência militante e rigor teórico em uma filosofia política afiada: que, na verdade, “existem dois Brasis”, um para negros e outro para brancos (Carneiro, 2011, p. 57). Assim, talvez existam dois SUS, um do Brasil de negros e outro no Brasil de brancos, operando de forma tácita na materialidade existencial, alertada por diversos indícios que emergem de todos os modos, das experiências vividas, de ensaios acadêmicos, de pesquisas teóricas e das estatísticas epidemiológicas que denunciam a tamanha disparidade e iniquidade às quais estão submetidas, a rigor, populações historicamente violentadas.

## **2. Daquilo que acontece sem o tempo**

“O relato do mercador sobre mortalidade evidencia a inevitabilidade da repetição: *melancolia, disenteria, idem, idem.*” (Hartman, 2020, p.19)

Os arquivos históricos do mercador de escravizados relatam a repetição da mortalidade e, assim, enunciam a única coisa que importa sobre essas corpos-existências escravizados, a partir de sua ótica: as doenças que podem acarretar na perda do lucro que viria inevitavelmente, seja pela venda deste corpo ou seja por sua força de trabalho expropriada, agora impossibilitado por sua morte ou adoecimento. Muito semelhante, os arquivos epidemiológicos da atualidade retratam a mesma mortalidade e suas repetições, isto é, o evento racial, o que acontece sem o tempo. Os boletins epidemiológicos de saúde da população negra, as diversas pesquisas teóricas que retratam a desigualdade e violências raciais e seus impactos na saúde, esses são, em alguma medida, os arquivos contemporâneos. Não só por produzir conhecimento sobre o tempo presente que poderá ser lido como os arquivos históricos no futuro, mas primordialmente por continuarem sendo orientados pela mesma lógica dos arquivos históricos da escravidão, a partir do mesmo olhar, que mesmo

quando não parte de pessoas brancas descendentes diretas daqueles que construíram e consolidaram tal forma de objetificar as corpos-existências africanas e afro-diaspóricas, é feito por herdeiros de sua tradição na contemporaneidade, seja esta imposta ou não. É claro, os arquivos mudaram, principalmente no que tange sua intencionalidade, seu propósito: agora o texto não mais informa a mortalidade pela perda de lucro, mas tenta, de algum modo, alertar a repetição como uma questão de saúde pública. Contudo, dada a forma como o fazem, estes produzem os mesmos efeitos no campo da materialidade social e política que produziam os anteriores, pois a lógica continua a mesma, como argumento mais à frente.

O evento racial, como evidenciado por Denise Ferreira da Silva, mostra, seguindo seu pensamento filosófico, a arbitrariedade da leitura dos fenômenos da racialidade a partir dos referenciais ontoepistemológicos que se fundamentam na trajetória do pensamento moderno, sendo o tempo e, desse modo, a disciplina História, em suas linhas dominantes, parte fundamental dessa arbitrariedade. Na história da saúde pública, por exemplo, alguns autores vêm constatando que o uso de uma perspectiva histórica crítica, que rompe com a prática de narrativas meramente descritivas ou enaltecidas, faz-se um desafio no presente no campo da saúde coletiva (Marques, 2018). Consoante, a concepção de tempo sequencial, como delinea Ferreira da Silva (2018), que fundamenta o pensamento histórico e o materialismo histórico dialético marxista, não é “a dimensão apropriada para observar o evento racial, pois o tempo exige uma liberação dos limites ontoepistemológicos do pensamento moderno, no qual a diferença racial (e sua par, a cultura) é um mero referente de outros tempos e de outro lugar.” (Ferreira da Silva, 2018, p. 408).

Tratando sobre o marxismo, Ferreira da Silva afirma que o pensamento sequencial adotado nesta linha diz respeito a uma aversão do materialismo histórico dialético ao significado das estruturas jurídicas e econômicas coloniais para o capitalismo, tais como a conquista, a colonização e a escravidão, sendo o racial para essas um referente. Isto se revela na medida em que a escravidão e a racialidade são colocadas na fase de acumulação primitiva do capital, algo contraditório, sendo que a violência racial é uma condição básica para a acumulação de capital sob sua forma dominante de capital financeiro e para a existência do capital global. Assim, desvelamos, em partes, a arbitrariedade do tempo sequencial para a leitura do fenômeno racial.

**Tá!** Um. **Tá!** Dois. **Tá!** Três. Meu filho é acertado por uma bala-perdida-certeira enquanto voltávamos da padaria. **Tá.** Quatro. **Tá.** Cinco. O sangue-vermelho-vida escorre por nossas roupas, encontrando-se com o

chão, enquanto o seguro em meus braços. Ele irá ficar bem? (Comunidade na cidade de Santos, 2024)

**Tá!** Uma. **Tá!** Dois. **Tá!** Três. O sangue escorre pelas costas de meu pai, que brilha com o reflexo do sol. É um dia quente. **Tá.** Quatro. **Tá.** Cinco. As feridas abertas das chicotadas mostram a carne, um cheiro macabro paira no ar. Ele irá se recuperar? (Fazenda nas proximidades de Santos, 1735)

O evento racial acontece sem o tempo.

Para romper com esse tempo-sequencial que não permite fazer uma leitura coerente de como o capitalismo e a racialidade operam, Ferreira da Silva propõe, a partir de sua perspectiva “materialista rudimentar”<sup>2</sup>, que toda violência racial é “matéria-prima para o pensamento” (Ferreira da Silva, 2018, p. 408-409), de modo que devemos

“ler sempre o que acontece como uma composição (decomposição ou recomposição), sempre como já um momento, que é uma composição singular, daquilo que também constitui “o que aconteceu e o que está para acontecer””.

Trata-se de entender que o evento racial acontece não no tempo, mas nas estruturas ontoepistemológicas que suportam as arquiteturas jurídico-econômicas do mundo como conhecemos.

A autora argumenta que é na simetria, nas correspondências, nos padrões em que se vê o evento racial. Ao fazer análise de dois casos que acontecem, um em 1770 e outro em 1981, a autora constata que ambos “ocorreram em reação a circunstâncias de violência total (escravidão e assassinato) [...] descrevem uma situação em que os brancos envolvidos (os responsáveis pela violência total) estão sob ameaça de vida, mas “quem morre são os negros”” (Ferreira da Silva, 2018, p. 409-410). Em ambos, homens representantes e protegidos pela lei fazem o uso desta para assassinar pessoas negras e protegerem as estruturas jurídicas e econômicas sociais, com um capitão de um navio negreiro protegendo a propriedade para o comércio de escravizados e o policial protegendo as leis do Capital ao dar fim através do assassinato a uma manifestação. Por fim, a autora defende: “Na minha leitura esses episódios espaço-temporalmente isolados estão interligados. Eles se tornam reiterações do evento racial, cada um deles exemplificando como a violência racial protege a propriedade, a relação jurídico-econômica que une (pelo quadril compartilhado) Estado e Capital” (Ferreira da Silva, 2018, p. 410)

---

<sup>2</sup> Termo cunhado pela autora. Para mais detalhes ver Ferreira da Silva (2018).

Os arquivos que retratam a vida das/os escravizadas/os cometeram e, ao serem reproduzidos da mesma forma, cometem novamente violências raciais profundas e latentes. O ponto que trago e que quero desenvolver aqui é de como esse mesmo evento racial, na medida da violência racial que produz e na qual se baseia, continua a se perpetuar na atualidade e no campo da tal saúde coletiva, através das formas teórico-metodológicas, que são necessariamente orientadas pelas perspectivas ético-políticas, com que a temática racial é abordada no campo<sup>3</sup>.

Este é um dos inúmeros e extremamente profundos problemas do campo da saúde para com a questão racial, assim como no mundo. Minha aposta é que por essa questão passa fundamentalmente a possibilidade de romper com a lógica colonial que permite que a violência racial seja reencenada e perpetuada, novamente incidida. Assim como acredito que por essa questão perpassa a possibilidade de vislumbrar e praticar o fim do campo da saúde como o conhecemos, o fim de um SUS para negros e outro para brancos, o fim de políticas vazias e quase nada efetivas para a população negra, o fim da violência e discriminação racial nos espaços de atenção em saúde do SUS, assim como o fim do mundo como o conhecemos, do mundo em que a violência racial faz sentido, pois isto só vai ser possível através desse fim.

Não apenas tensionando as bases ontoepistemológicas que sustentam as arquiteturas jurídicas, econômicas, teórico-metodológicas (que são) ético-políticas que moldam o campo e a realidade na aposta pelo fim do mundo. Procuo através da investigação pela e na prática da possibilidade de fuga desta realidade e pela possibilidade de criar novos caminhos, fomentar a produção de cuidado e o engendramento de saúde. Se, como afirma Fanon, “o verdadeiro salto consiste em introduzir na existência a invenção” (Fanon, 2020, p. 240), ao saltarmos introduzindo a criação na existência movimentamo-nos para cada vez mais longe dos meandros sinistros e virulentos da violência do Estado e seu par, o Capital, ensejando e produzindo novas práticas e modos de romper com essa violência e as lógicas que a acionam (Ferreira da Silva, 2019).

É o processo, sua prática, um desses movimentos para engendrar saúde, engendrar potência de vida, respiro, sendo a outra parte disso justamente as possibilidades e afetos que se tornam possíveis a partir dos resultados do processo de criação, operando necessariamente imbricada e produzindo-se concomitantemente na/com a invenção. Acredito que as fugas da

---

<sup>3</sup> É importante dizer que não me isento deste problema, pelo contrário, justamente por ocupar espaço neste campo, por habitá-lo em alguma medida, estando produzindo discursos através deste e suas formas e, ao mesmo tempo, buscando criticá-lo e dissidir de lógicas que compõem os pilares que o sustentam, estou fadado a sustentar a contradição de estar com e contra este campo radicalmente.

norma e do regime colonial nos possibilitam na criação de uma rota alternativa, que liberta a criatividade para realizar um enfrentamento contra aquilo da qual se foge, e no deleite desse processo o engendramento de potência de existir, o engendramento de saúde (Ferreira da Silva, 2021). O processo de fugir é movimento, é uma prática em que no ato se tem o próprio resultado. Sendo essa prática fundamentalmente ilegal, tal qual as fugas feitas pelos corpos-existências escravizados, o distanciamento dos regimes de dor, o deleite e a criação no exercício de insubmissão política, nos possibilita produzir potência de existir<sup>4</sup>. Não mais numa dor agenciadamente passiva<sup>5</sup>, esse processo de fuga que é sempre uma luta, como nos lembra Jota Mombaça, nos permite escolher que doa não por nosso fim, mas pelo fim desse mundo, redistribuindo a violência, deixando de apenas carregar toda a tensão que vem tanto da subjugação quanto da violência da racialização no corpo para redistribuir essa no espaço social (Mombaça, 2017; 2017a). Uma luta contra a norma e a lei, contra a violência e subjugação social e jurídica. Junto as fugas, penso nos combinados que fazemos de não deixar que nos matem agora, que vem da ideia vislumbrada e, então, tornam-se uma nova forma de ser e estar no mundo, constituem um novo mundo para os signatários deste pacto, produzindo uma existência intimamente marcada pela coletividade na vivência da dor e da luta, da melancolia e da insubmissão. Penso nas possibilidades para dar o verdadeiro salto no campo da saúde, transgredindo à natureza teórica e ético-política e buscando um real enfrentamento ao regime colonial que as cria e transforma essas em ferramentas para perpetuação da violência e dominação política e social das existências racializadas. Transgredindo essa natureza observando as invenções desses corpos que buscam nos limites do (im)possível escapar dessas lógicas, querendo e produzindo formas de ser/estar para além do mundo, mas em outros mundos. O verdadeiro salto arrisco dizer que talvez esteja em

---

<sup>4</sup> Neste trecho me refiro a uma fala da filósofa Denise Ferreira da Silva na Conferência “Negritude: Sub-humanidade, Trauma e Alienação” do “CICLO GIRA de Diálogos sobre o Apartaide Brasileiro”, organizada pelo LEN - Laboratórios de Estudos Negros, do Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para mais detalhes conferir Ferreira da Silva (2021). Entendo que esses processos de fuga, a insubmissão ao racismo e as violências diversas, assim como a busca por formas de nutrição de uma vida mais prazerosa, são formas pelas quais se engendram saúde, potência de existir com o/no mundo. Isto é, proponho aqui pensar saúde para além do biologicismo, mas como algo de caráter transitório, em estado de constante mudança, singular em cada experiência e sócio-político, ou seja, também compartilhando similitudes de cunho estrutural em cada sujeito. Faço isso a partir dos meus estudos na saúde coletiva, sobretudo em diálogo com o trabalho de Mônica Gonçalves (2023) e junto às diversas discussões propostas em aulas de graduação e pós-graduação, conversas e nos textos de Laura Feuerwerker (2014).

<sup>5</sup> Penso que operar pela norma exige agenciar uma inércia perante o incômodo das violências materiais e sobretudo simbólicas que essa produz nos corpos daqueles marcados pela diferença enquanto problema, racializados e dissidentes sexuais e de gênero. E se falo em dissidentes e não em desobediência, como eu preferiria seguindo com a brasileira Mombaça (2021), é porque acredito que ser desobediente implica justamente estar na luta contra a norma, e não buscando agenciar a reiteração dessa, sendo a desobediência justamente o que sugiro aqui como um movimento de produção de saúde e redistribuição da violência, a partir do que aprendo com a autora.

inventar para compor novos mundos. Mundos radicalmente dissidentes da norma. Radicalmente anti-coloniais.

Acredito que um exemplo mais concreto desta prática que falo, desta busca pelo salto na existência através invenção, além deste texto de caráter ensaístico, teórico e poético, seja evento “O terreiro como espaço de cuidados e produção de saúde”, que aconteceu no dia 11 de Agosto de 2024 na Faculdade de Saúde Pública da USP. Ao invocar a oralidade como principal forma de relação e transversalizar a produção de conhecimento como algo de natureza da experiência constitutiva de pessoas em diferentes posicionalidades, o evento propiciou, em alguma medida, a partir da intenção e vislumbre de uma conversa na busca por uma anti-colonialidade na saúde, produzi-la em si e engendrar ali mais que um experimento, mas uma experimentação coletiva desta prática anti-colonial e de novas formas de produzir saúde e conhecimento sobre essa através da espiritualidade, da oralidade, do diálogo, da diferença, da revolta e da insubmissão política.

Justamente na simetria, na recomposição da cena ao descrever a mortalidade, a “*melancolia, disenteria, idem, idem*” (Hartman, 2020, p. 19), as doenças, as violências, reiterando esse lugar do corpo negro, reiterando a mesma lógica interna à emergência do racismo e da violência racial e que orienta os arquivos da escravidão, sem transgredir em nenhuma medida dessa lógica, os arquivos contemporâneos são o evento racial ao reincidirem a violência, ou o que a sustenta. O reconhecimento da perda desses corpos também ocorria na época, ainda que só pela perda de potencial produtivo que representava. Mesmo que a intenção do reconhecimento hoje mude, esta é manifestada numa lógica que a oblitera, assim como oblitera aquela corpo-existência, não significando e nem mudando nada, sendo apenas um consolo, ou um alívio, para aqueles que operam tal lógica, para que as gramáticas do poder continuem operando do mesmo modo, do modo que, cabe afirmar, os beneficia em alguma medida.

Proponho pensarmos a racialidade em sua real complexidade, coisa que se constata estar operando na ordem avessa, como defende Mônica Gonçalves (2023), que denuncia na saúde a dominância de uma “leitura simplista - ou seja, avessa ao paradigma da complexidade sob o qual se espera pensar os fenômenos da raça e da saúde” (Gonçalves, 2023, p. 69). Algo que também constato da minha pesquisa de iniciação científica, em trabalho apresentado na *The ALARI Third Continental Conference on Afro-Latin American*



*Studies*<sup>6</sup>, promovida pelo *Afro-Latin American Research Institute at Harvard University* (Farias, 2024).

### 3. Nos limites do que é (im)possível

“E quando a dor vem encostar-se a nós, enquanto um olho chora, o outro espia o tempo procurando a solução.” Conceição Evaristo<sup>7</sup>

Devemos ver para além do que já está dado e observar o processo pelo qual essa realidade é possibilitada, acionada e perpetuada. Devemos ver para além das mazelas, da destruição que é vista de modo arbitrário reiterando e perpetuando a continuidade das lógicas que permitem tais mazelas, que permitem que a gramática do poder continue operando de modo a proteger o Estado e o Capital. Devemos ver para além da mera constatação da subjugação racial, de modo a transgredi-la e observar os engendramentos coloniais que possibilitam, permitem e acionam a violência racial (Ferreira da Silva, 2019; 2022). Observando sob o paradigma da complexidade que se espera abordar os fenômenos ligados à raça, como nos incumbe Mônica Mendes Gonçalves (2023). Observar não apenas a “*melancolia, disenteria, idem, idem*” (Hartman, 2020, p. 19), mas primordialmente buscar investigar as causas dessa melancolia; o que a narrativa que a informa esconde, como e porque; os dispositivos e pilares que possibilitam e engendram tal contexto social. Observar também as formas pelas quais esses corpos-existências racializadas transgridem e dissidem dessas formas de opressão e violência, pois, se estão vivos até hoje, mesmo com o contexto de anti-negritude central para a lógica do poder colonial capilarizado pelo globo através do Capitalismo, é porque estes corpos conseguiram constituir práticas de fuga, de diversos modos, e continuam até a atualidade (Mombaça, 2021; Wilderson III, 2021).

Quando falo que entendo que a solução passa por isso, é porque a vislumbrei, e dessa vez decidi apostar não só com todas as minhas fichas, mas com minha própria vida, como Fanon (2020), que o verdadeiro salto na existência só será possível quando introduzirmos nela a invenção. A invenção de outras formas de ver o(s) mundo(s). A invenção de outras

---

<sup>6</sup> Nesta pesquisa, constato ao realizar uma revisão sistemática de 2 anos (2022-2023) da produção em saúde coletiva acerca da temática racial, a partir de estudos publicados na Revista Saúde e Sociedade, que a abordagem desta temática no campo, a rigor, opera numa lógica descritiva e superficial, apenas afirmando de modo descontextualizado a raça e o racismo como categorias e fenômenos de cunho social, ou seja, as tomando como referencial empírico, mas não adentrando a complexidade material das questões relativas à racialidade. Destaco a falta do entendimento de como a raça enquanto categorias sociais e políticas surgem e são operacionalizadas como dispositivos de subjugação por fins políticos e econômicos, outrora do colonialismo e do projeto civilizatório europeu pelo globo, e na atualidade em defesa das estruturas jurídicas e econômicas do Estado e do Capitalismo, sendo ausente a reivindicação/reconhecimento de que a razão primordial das desigualdades raciais em saúde é uma questão política.

<sup>7</sup> Ver em: Evaristo (2016)

formas de estar no(s) mundo(s). A invenção de outras formas de investigar o(s) mundo(s). A invenção de outras formas de pesquisar o(s) mundo(s). Rompendo com a ideia unitária de mundo.

Sobre isso, penso que **estar com** outros corpos não-humanos tem muito a nos ensinar. Não-humanos tanto no sentido que ultrapassa o limite do social no reconhecimento político da humanidade quanto biológico, ou seja, os “povos da terra”, os monstros e mortos sociais, assim como os “objetos” cujas existências não são instauradas<sup>8</sup> pela razão hegemônica, como as plantas e os pássaros que se comunicam entre si e vivem sobre a terra harmoniosamente. Esses têm muito a nos ensinar e a nos ajudar a implodir a gramática do poder que orienta a organização atual da cartografia social.

Mas como fazer isso? Como problematizar isso de um modo que contemple toda complexidade e capilaridade do problema, sem, de modo algum, reduzi-lo à sua superficialidade ou aos limites dos dispositivos de poder contemporâneos que tornam nossa imaginação cativa? Pois, se o mundo como conhecemos é o problema, isto é, a ideia de mundo e as formas ontoepistemológicas pelas quais o compreendemos, como, então, para além da problematização, praticar esses novos mundos, sem cair na armadilha de reproduzi-los sustentados pelas mesmas bases que permitem os processos de violência racial, sexuais e de gênero contemporâneas? Seria isso (im)possível? De qual impossível falamos? O que é possível neste campo? O que é (im)possível?

Jota Mombaça na 35ª Mostra Internacional de Teatro de São Paulo<sup>9</sup> - ao falar sobre como estamos presos, de certo modo e em certa medida, ao pensar as possibilidades de enfrentamentos e emancipação política a partir de lógicas anti-emancipatórias, sendo capilar e hegemônica uma imaginação política cativa - vislumbra possibilidades de transformação do mundo através do ensejo de (im)possibilidades a partir da prática da ficção visionária. Nos apresentando a ideia de que nos tornamos cativos à representação e à mesma lógica que violenta nossos corpos, de modo que “nosso sucesso é concomitante com a nossa morte” (Mombaça, 2024). Nos diz que ao pensarmos nas possibilidades de fuga do poder estabelecido através de processos com aparência de emancipação que consistem em produzir um oposto simétrico dessas violências, reproduzimos as mesmas lógicas de violência, sendo esses processos, na realidade, anti-emancipatórios, não possibilitando uma real redistribuição da violência e enfrentamentos políticos disruptivos.

A ficção visionária se faz, para ela, uma ferramenta para libertar a emancipação

---

<sup>8</sup> Sobre a ideia de instaurar existências, recomendo a leitura de Pelbart (2014).

<sup>9</sup> Conferir Mombaça (2024)

política cativa. Como exemplo, cita uma vez que imaginava, numa oficina de ficção visionária, que poderia mudar seu corpo ao nível da molécula, como já fazem diversas corpos-existências trans, e poderia estudar as conformações terrestres em busca de água em uma realidade em que toda água do planeta foi levada pelos bilionários que lançaram-se para Marte e deixaram o restante da população como “condenados da terra”<sup>10</sup>. Este é um cenário impossível? O quanto de impossibilidade habita a possibilidade? Ou melhor, o quanto de possibilidade habita aquilo que consideramos como impossibilidade?

O que quero com tudo isso? Bem, quero apenas costurar a ideia de que esta prática, esta tarefa e este ensaio se localizam exatamente na fronteira entre o vislumbre e o real, na (im)possibilidade, tendo como elemento central sua incompletude, seu “caráter contínuo, inacabado e provisório” (Hartman, 2020, p. 33).

Na mesma reflexão de Saidiya Hartman (2020) que mobilizou meus afetos para vislumbrar, ensejar e escrever este texto, em que afirma que devemos buscar outra vida de Vênus<sup>11</sup>, a garota escravizada sobre quem ela escreve. Uma outra vida dos/as africanos/as escravizados/as que tiveram suas vidas e existências expropriadas, e para mim esta afirmação vem como um grito constituído de muitas vozes que ecoam pelo arbitrário espaço-tempo desde existências imemoriais e assassinadas até as agora vivas e latentes. Me faz pensar, juntamente com todas as outras leituras que ressoam por esse texto, em como é dever ético daqueles que se dizem ético-politicamente antirracistas, de todos aqueles que se dizem defensores do direito à saúde como um direito universal, de todos os defensores do SUS e de seus princípios, a saber, da universalidade, equidade e integralidade no que tange a saúde, dissidir da posição de reiterar e perpetuar lógicas/dispositivos para a continuidade das lógicas de poder coloniais do capitalismo e branquitude cis-hetero-patriarcal e buscar contribuir para uma real implosão desta estrutura e suas gramáticas de poder.

Hartman alerta que “a tarefa de escrever o impossível (não o fantasioso ou o utópico, mas “histórias tornadas irreais e fantásticas”) tem como pré-requisito o acolhimento ao provável fracasso e a prontidão em aceitar o caráter contínuo, inacabado e provisório deste esforço” (Hartman, 2020, p. 33). Desse modo, ainda que pratiquemos e vislumbremos uma outra vida de Vênus, ainda que imaginemos os afetos e afecções, as alegrias, os risos e os prazeres, as belas rebeldias de Vênus, “devemos suportar o que não pode ser suportado: a

---

<sup>10</sup> Aqui faço uma alusão ao livro “Os condenados da terra” do autor Frantz Fanon.

<sup>11</sup> Vênus é o nome emblemático dado à(s) garota(s) negra(s) encontrada(s) nos arquivos da escravidão sobre o qual Hartman reflete. Para mais detalhes conferir Hartman (2020).

imagem de Vênus acorrentada” no porão escuro de um navio negreiro (Hartman, 2020, p. 32).

Devemos suportar o que não pode ser: a saúde pública como mecanismo capilar do Estado capitalista para propagação da violência racial, do biopoder, do controle da vida, do encarceramento, da necropolítica, da morte. Devemos suportar as já intoleráveis narrativas epidemiológicas e sociológicas descritivas, as concepções biologicistas e simplistas acerca dos fenômenos do racial que atuam (re)produzindo o racismo no campo social, por parte dos profissionais e pesquisadores da saúde, assim como as desigualdades raciais que operam de modo a nutrir a perpetuação dos sistemas raciais de poder e a continuidade do branco no topo da hierarquia social. Devemos suportar essas práticas do/no campo que, do mesmo modo que “o arquivo é inseparável do jogo de poder que assassinou Vênus e sua companheira em seu navio e que exonerou o capitão”, são inseparáveis dos sistemas que continuam a controlar, encarcerar, adoecer e assassinar as corpos-existências negras. Devemos suportar, pois, como nos coloca Hartman: “a necessidade de representar o que não podemos, em vez de conduzir ao pessimismo ou desespero, deve ser acolhida como a impossibilidade que condiciona nosso conhecimento do passado e anima nosso desejo por um futuro liberto.” (Hartman, 2020, p. 31).

Devemos tentar, assim como Hartman ao criar contra-narrativas que tensionam a História enquanto campo e as narrativas políticas hegemônicas, criar contra-práticas sanitaristas, produzir pesquisas e estudos vivos, provisórios, inacabados e contínuos, que estabelecem uma prática anti e contra o colonial-moderno e o racismo capilarizado nas linhas que costuram e formam os tecidos da atual cartografia social e do Estado com seu par o Capital, de modo a, ao menos, tensionar politicamente o campo e seus espaços, tensionar as políticas de saúde que fingem ser dispositivos de produção de saúde que na verdade atuam operando no avesso como dispositivos da anti-negritude para perpetuação da morte social do povo negro.

Procuremos continuar a resistir, a combinar de não deixar que nos matem agora, pois, reiterando a frase que dá início a esta seção: “quando a dor vem encostar-se a nós, enquanto um olho chora, o outro espia o tempo procurando a solução.”

## **Agradecimentos**

Ao querido José Miguel, pela leitura atenta, generosa e revigorante. Pelas oportunidades e parceria.

Às queridas Cristina Marques, Mônica Gonçalves e Laura Feuerwerker, pelos ensinamentos substanciais e incentivos nutritivos.

Às estimadas Milena Novais e Letícia Gil, por todo suporte e apoio.

Àqueles sem os quais este texto não seria possível.

## Referências

1. CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
2. CAPONI, Sandra. CAPONI, S. **A saúde como abertura ao risco**. In: CZERSNIA, D.; FREITAS, C. M. (Org.). *Promoção da Saúde: conceito, reflexões e tendências*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.
3. EVARISTO, Conceição. **Olhos D'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.
4. EVARISTO, Conceição. In: *Leituras Brasileiras*. **CONCEIÇÃO EVARISTO | Escrivivência**. Youtube, 06 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QXopKuvxevY&>. Acesso em: 25 de Julho de 2024.
5. FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. São Paulo: Ubu, 2019.
6. FARIAS, José. In: The ALARI Third Continental Conference on Afro-Latin American Studies. **Relações Raciais, História e Saúde Pública: uma revisão sistemática - Resultados Parciais**. São Paulo, 2024.
7. FERREIRA DA SILVA, Denise. **O evento racial ou aquilo que acontece sem o tempo**. *Histórias afro-atlânticas*. Vol. 2. Antologia. São Paulo: MASP. 2018. p. 407-411.
8. \_\_\_\_\_. **Homo Modernus: Para uma ideia global de raça**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.
9. \_\_\_\_\_. In: *Laboratórios de Estudos Negros, Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Conferência: **Negritude: Sub-humanidade, Trauma e Alienação | CICLO GIRA de Diálogos sobre o Apartaide Brasileiro**. Youtube, 27 de Agosto de 2021. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=ifrWtfbquAc&list=PLbukPSwC3OUDVI92QQtU\\_c01jtEk5WahU&index=14](https://www.youtube.com/watch?v=ifrWtfbquAc&list=PLbukPSwC3OUDVI92QQtU_c01jtEk5WahU&index=14). Acesso em: 15 de Agosto de 2024.
10. \_\_\_\_\_. **A Dívida Impagável**. São Paulo: Oficina de Imaginação Política e Living Commons, 2019.

11. FEUERWERKER, L. C. M.. Micropolítica e saúde: produção do cuidado, gestão e formação. Porto Alegre: Rede Unida, 2014.
12. GLISSANT, Edouard; e OBRIST, Hans. U.. **Conversas do arquipélago**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2023.
13. GONÇALVES, Mônica. M.. **Raça, Racismo e Saúde: Políticas do negativo**. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. 2023.
14. HARTMAN, Saidiya. **Vênus em Dois Atos**. Dossiê Crise, Feminismo e Comunicação, v. 23, n. 3, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i3.27640>. Acesso em: 25 de Julho de 2024.
15. HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
16. HARTMAN, Saidiya. **Vidas Rebeldes, Belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais**. São Paulo: Fósforo, 2022.
17. MARQUES, Maria. C. C. Et. al. **A importância da perspectiva histórica para o pensamento social em saúde: a contribuição de Madel Luz e Emerson Merhy**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v.25, n.2, 2018, p.353-369. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702018000200004>. Acesso em: 05 de Julho de 2024.
18. MOMBAÇA, Jota. **Não Vão nos Matar Agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
19. MOMBAÇA, Jota. In: Afrolis Podcast. Entrevista: **Lugar de Fala e Relações de Poder com Jota Mombaça (Parte I)**. Spotify, Outubro de 2017. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4eS5EwwXK7rXhDd8zZ5ASn?si=9975ca33493148b4>. Acesso em: 15 de Agosto de 2024.
20. MOMBAÇA, Jota. In: Afrolis Podcast. Entrevista: **Lugar de Fala e Relações de Poder com Jota Mombaça (Parte II)**. Spotify, Outubro de 2017a. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2HbkYdKCa1bGdeltKB5hde?si=44883705a36c48e7>. Acesso em: 15 de Agosto de 2024.
21. MOMBAÇA, Jota. In: Mostra Internacional de Teatro de São Paulo. Aula Magna: **“MITsp 2024 | aula-magMa com Jota Mombaça”**. Youtube, 09 de março de 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oAP-yBkwIrE&>. Acesso em: 05 de Julho de 2024.
22. PELBART, P. P.. **Por uma arte de instaurar modos de existências que “não existem”**. In: 31ª Bienal de São Paulo (Livro). 2014.

23. WILDERSON III, Frank. B. **Afropessimismo**. São Paulo: Todavia. 2021.